



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RITA DE CASCIA DA SILVA SANTANA PORCIUNCULA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE SAÚDE- BAHIA NA DÉCADA DE
1980.**

**JACOBINA
2017**

RITA DE CASCIA DA SILVA SANTANA PORCIUNCULA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE SAÚDE - BAHIA NA DÉCADA DE
1980.**

Monografia apresentada ao Curso História da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Santos Silva.

**JACOBINA
2017**

RITA DE CASCIA DA SILVA SANTANA PORCIUNCULA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE SAÚDE - BAHIA NA DÉCADA DE
1980.**

Monografia apresentada ao Curso
História da Universidade do Estado
da Bahia, como requisito para
obtenção do título de Licenciatura
Plena em História.

Aprovada:

Professora Dr^a. Caroline Santos Silva – Orientadora
UNEB

Examinador (a)
INSTITUIÇÃO

Examinador (a)
INSTITUIÇÃO

"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo".

Ângela Davis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça alcançada de concluir mais um ciclo em minha vida.

Aos meus filhos Gabriel, Raphael e Israel que me estimulam inconscientemente a ser exemplo para eles.

Ao meu esposo pela paciência.

A minha mãe, meu primeiro amor.

A minha madrinha Nilza Freitas Pereira que sempre foi minha inspiração.

A Minha orientadora Caroline, pela tranquilidade e parceria.

Aos amigos e colegas pela troca de experiências e aos professores do Campus IV pela generosidade de compartilhar o conhecimento.

A Milena Rios, Eliane Andrade, Andréia Miranda, Emanuelle e Rosaide pela amizade, paciência, companheirismo e incentivo.

A todos, meu muito obrigada.

RESUMO

Neste trabalho analiso as relações sociais entre empregada domésticas e seus patrões na década de 1980 no município de Saúde - Bahia com o objetivo de perceber nessas relações permanências de exploração, discriminação e subordinação. A partir das fontes orais e tendo o método qualitativo como instrumento para analisar as narrativas, evidenciou-se que a presença da mulher negra nas atividades domésticas é um fato marcante. Essa predominância direcionou a pesquisa para reflexões sociais, econômicas e históricas no intuito de compreender esse fato. Investigar o porquê dessa presença tão marcante e os fatores que convergiram para isso foi o que a minha pesquisa buscou alcançar. A análise da história de vida dessas mulheres evidenciou que elas tinham noção que o trabalho que executavam como empregadas domésticas eram discrepantes do que recebiam dos seus patrões. Ao mesmo tempo constatou que em meio às barreiras que a sociedade as impõe elas conseguiram se emancipar e se mover socialmente, tendo como um dos vieses de mudança a formação escolar.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Classe.

ABSTRACT

In this academic work I analyze the social relations between homemaid and their bosses in the 1980's in Saúde-BA city, with the purpose of realize in these relations permanences of exploration discrimination and subordination. From the oral sources and having the qualitative method as an instrument to analyze the narratives, it was evidenced that the presence of black women in domestic activities is a striking fact. This predominance directed the research for social, economic and historical reflections in order to understand this fact. To investigate the reason for this presence so striking and the factors that converged for it was what my research sought to achieve. The analysis of the life history of these women showed that they had a notion that the work they performed as domestic servants differed from what they received from their employers. At the same time, they observed that amidst the barriers imposed by society, they are able to emancipate themselves and move socially, having as one of the biases of change the school formation.

.

Key words: Gender. Race. Class.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Perfil das empregadas domésticas na cidade de Saúde.....	16
Tabela 02 - Dados profissionais e perfil das empregadas domésticas na cidade de Saúde	16

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
TRABALHO DOMÉSTICO	14
1.1 Diferentes histórias	14
1.2 Meninas domésticas	18
1.3 A questão racial	23
CAPÍTULO II	28
SEI ONDE É O MEU LUGAR.....	28
2.1 Relações entre patrões e empregadas	28
2.2 “Agora vou cuidar de minha casa”: O casamento e as relações com os patrões.....	34
2.3 Trajetórias de vida.....	36
CAPITULO III	38
JASMIM.....	38
3.1.Relações familiares: “eu ia trabalhar na casa dos zoto, né porque queria não, mãe mandava!”	38
3.2 A vida de Jasmim após o casamento: “Nois nunca teve um dia pa dizer nois teve lazer na nossa vida, nessa época não”	40
3.3 Maternidade: “Eu num sei contar a infância de meus filhos”	42
3.4 A vida sofrida da trabalhadora rural: “Eu vendia, aprendi a vender tudo né! E ele trabaivava na roça e eu trabaiva vendeno”	43
3.5 As conquistas: “Era um sonho da minha vida, era eu me formar.”	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A HISTÓRIA CONTINUA?	50
FONTES.....	55
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A.....	59
APÊNDICE B.....	60
APÊNDICE C	61

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, analiso as experiências das mulheres que exerceram ou ainda exercem trabalhos domésticos, tendo como finalidade perceber as relações pessoais, trabalhistas e sociais entre empregadas e seus patrões no município de Saúde- Bahia¹, na década 1980. De acordo com Brites:

Pesquisadores e pesquisadoras sobre trabalho doméstico costumam dizer que há uma desproporção entre a expansão do fenômeno na realidade e a produção acadêmica sobre ele. Durante muito tempo, contávamos com os poucos autores para apoiar nossos caminhos de investigação. Pouco a pouco, o tema do trabalho doméstico tem tornado à cena e o campo conta com uma produção significativa de certo vulto, embora ainda pouco disseminada entre os leitores da área das ciências humanas. Fraga (2013) encontrou, para o ano de 2010, 61 teses e dissertações sobre o trabalho doméstico no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes. (BRITES, 2013, p. 4-5).

Essa pesquisa tem o objetivo contribuir para discussões socioeconômicas, relativas ao trabalho doméstico dentro da academia, ressaltando que esse tema dá margem para várias perspectivas, ampliando assim, as diversas formas de abordagem.

Com base nessa prerrogativa, iniciei a busca pelas fontes documentais e orais. Consultei o livro tomo dos processos cadastrados na vara cível e criminal da Comarca de Saúde no período de 1980 a 2000. Todavia não foi registrado nenhum caso referente a problemas relacionados às atividades domésticas ou de violência. Estive no arquivo público da cidade de Jacobina, analisando os poucos exemplares do Jornal *Gazeta do Ouro* também não encontrei nenhum anúncio sobre oferta e procura para atividades domésticas.

Diante da dificuldade de encontrar fonte escrita para embasar minha pesquisa, iniciei a procura por fontes orais.

Seguindo alguns critérios que estabeleci sobre a fonte oral, primeiro considerei como o principal a idade, por compreender ser um fator importante,

¹ Saúde - Bahia: situa-se 345 km da capital de Salvador. O município se estende por 504,3 km², no último censo contou com 11.847 habitantes. Sua densidade demográfica é de 23,5 habitantes por km² no território. Saúde foi emancipada em 01 de junho de 1930.

em virtude da experiência do trabalho que essas mulheres adquiriram ao longo de suas vidas, o segundo critério partiu da quantidade de participantes a serem entrevistadas. Selecionei dez mulheres, por considerar uma amostragem satisfatória dentro do que a pesquisa se propõe. Para preservar a identidade das mulheres entrevistadas, seus nomes e de todas as pessoas que elas mencionam foram trocados por nomes fictícios e suas falas foram transcritas de acordo o que foi relatado.

As fontes orais são importantes para percebermos as mudanças e permanências nas relações das empregadas com seus patrões. Por outro lado, através dos relatos obtive respostas que nem sempre os documentos escritos fornecem ao pesquisador. De acordo com Meihy:

Por meio da história oral, podemos retratar, aspectos ocultos das manifestações coletivas, sobre movimentos de minorias culturais e discriminadas, especialmente negros, mulheres, índios, homossexuais, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. (MEIHY, 1996, p. 11).

As informações obtidas a partir das fontes orais forneceram dados importantes, que ao serem analisados, permitiram a elaboração de uma tabela para compreender a situação socioeconômica das empregadas domésticas dentro da sociedade saudense.

A partir de um roteiro de entrevista e um questionário, os dados foram coletados, analisados individualmente e comparados. Burke (1992) afirma que as fontes orais têm sua importância como qualquer outra, pois, não se pode menosprezar ou hierarquizar nenhum tipo de documentação. Além do mais, o autor frisa que as fontes orais servem para “darem voz àqueles que não se expressam no registro documental”. (BURKE, 1992, p. 194).

Por ser uma atividade que ocorre na intimidade das casas, pouco se sabe sobre o trabalho doméstico, ou de que maneira as relações de empregadas e patrões são constituídas. A fonte oral pode nos fornecer elementos para a abordagem, são os depoimentos que levam para superfície do campo acadêmico, chamadas “minorias”.

De acordo com Thompson:

Outras minorias são sobreviventes de conquistas, ou párias sociais tradicionais. Os índios norte americanos, os aborígenes australianos e os ciganos da Europa são minorias perseguidas, documentadas de maneira enganosa por uma maioria hostil, mas que preservam sua abordagem mais compreensiva de seu passado. De modo semelhante, as fontes orais estão sendo utilizado para dar nova dimensão à história de comunidade chinesa, japonesa e de outras comunidades minoritárias norte-americanas; e também para a história dos judeus, tanto europeus quanto norte- americanos. (THOMPSON, 1987, p. 35).

A presente pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro discorro sobre trabalho doméstico e analiso os fatores que inseriram as mulheres entrevistadas na atividade doméstica, as relações sociais entre empregadas e patrões, ressaltando os conflitos e reivindicações que permearam a convivência entre eles, assim também, a questão racial como fator histórico e incisivo no direcionamento de mulheres negras e pobres para atividade doméstica.

No segundo capítulo intitulado *Sei onde é o meu lugar*, analiso as narrativas das mulheres que moravam com os patrões e as consequências dessa convivência diária, percebendo os sentimentos de aproximação e distanciamento que demarcava a convivência diária entre empregadas e patrões e conseqüentemente o distanciamento consciente incorporado pelas empregadas domésticas. No terceiro capítulo analiso a trajetória de vida de uma ex-empregada doméstica. Nas considerações finais, procuro analisar de que maneira a Lei complementar 150/2015 provocou mudança na vida daquelas mulheres entrevistadas que continuam exercendo o trabalho doméstico e a importância da internet no combate as velhas práticas de exploração e preconceito ao trabalho doméstico.

Transformar o sujeito em objeto é uma inovação que a História Social permite ao pesquisador. Investigar a história pelo viés das minorias amplia a infinidade e possibilidades de abordagens. O historiador Edward Palmer Thompson tem uma forte contribuição no que se refere à História Social, principalmente no que concerne à forma de pesquisar os fatos não mais pela ótica do vencedor, mas pelas experiências dos sujeitos.

Thompson (1987) traz para discussão historiográfica elementos que até então não eram percebidos como agentes de mudança de uma sociedade. Ele

elege elementos do povo para assim pensar uma nova historiografia. O autor exclui o sujeito universal e coloca no centro da discussão ou da pesquisa historiográfica os sujeitos do povo.

Pensar nessas mulheres como sujeitos sociais, tirá-las da zona dos esquecidos e invisíveis no município de Saúde é tentar fazer uma história “vista de baixo”. Conhecer as ações diretas e indiretas que as levaram trabalhar como domésticas, analisar o baixo salário e uma carga horária abusiva, só reforça nessas mulheres as estratégias de sobrevivência para manter a si e a sua família. Para alguns sujeitos, o trabalho em casa de família vai servir como ponte para os estudos, para outros o trabalho doméstico será a maneira de sustentar a família. Esse mesmo trabalho iniciado ainda criança será uma maneira de sobrevivência dentro de uma economia que não oferecia muitas alternativas.

CAPÍTULO I

TRABALHO DOMÉSTICO

1.1 Diferentes histórias

Essa parte inicial da pesquisa se debruça para a situação social das mulheres entrevistadas ao mesmo tempo em que analisa a predominância de mulheres negras nessa atividade e os implicativos históricos que contribuíram para essa realidade. Percebendo de que forma elas executavam o seu serviço, as relações com seus empregadores, a sua jornada de trabalho, a sua relação com a sua própria família, os motivos que a levaram ao serviço doméstico, seus sonhos e frustrações. Relatar essas histórias parte do pensamento da historiadora Michele Perrot que afirma:

A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também um relato que se faz de tudo. (2015, p. 16)

De acordo com Perrot (2015) dar a voz a essas mulheres tem o sentido de tirá-las do silêncio e da invisibilidade que a sociedade tenta impor. Sobre isso, os movimentos feministas, através dos discursos de igualdade de gênero e raça, vêm lutando para que a cada dia tenhamos uma sociedade igualitária, com respeito ao outro e às suas especificidades, ao mesmo tempo buscando diminuir as diferenças sociais que ainda perduram em toda a sociedade. A invisibilidade e o silêncio dessas mulheres se devem a imposição de uma sociedade patriarcal reforçada pela religião cristã, na qual as mulheres, em sua maioria, estariam condicionadas ao espaço da casa.

A pesquisa mostrou que o trabalho doméstico é predominantemente feminino, e que as mulheres que exerciam ou ainda o exercem na cidade de Saúde são negras e oriundas de camadas desfavorecidas economicamente. A baixa escolaridade é um fato relevante predominante entre elas, sendo um dos instrumentos para possíveis mudanças sociais. A questão racial é um fator social, herança do período escravista do país.

A partir de um questionário que as dez mulheres entrevistadas

responderam, elaborei duas tabelas com a finalidade de apresentar as características sociais das mulheres entrevistadas.

Tabela 01- Perfil das empregadas domésticas na cidade de Saúde.

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Nº Filhos
Acácia	56	Preta	Não	03
Dália	74	Negra	Sim	14
Hortência	64	Preta	Não	01
Íris	55	Morena	Sim	03
Jasmim	43	Preta	Sim	04
Magnólia	53	Preta	Sim	02
Margarida	57	Preta	Sim	03
Rosa	62	Preta	Não	01
Violeta	39	Preta	Não	02
Verônica	62	Preta	Não	05

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa

Tabela 02 - Dados profissionais e perfil das empregadas domésticas na cidade de Saúde.

Nome	Escolaridade	Profissão anterior	Profissão atual	Idade começou trabalhar
Acácia	2º grau completo	Professora estadual	Aposentada e Doméstica	12 anos
Dália	Analfabeta	Lavadora	Aposentada	07 anos
Hortência	Primário incompleto	Doméstica	Aposentada	12 anos
Íris	Primário incompleto	Doméstica	Doméstica	10 anos
Jasmim	2º grau completo	Doméstica	Feirante	13 anos
Magnólia	Primário incompleto	Doméstica	Dona de casa	10 anos
Margarida	Primário incompleto	Doméstica	Serviço Gerais	34 anos
Rosa	Primário incompleto	Doméstica	Doméstica	09 anos
Violeta	2º grau completo	Doméstica	Agente de Saúde	16 anos

Verônica	Primário incompleto	Doméstica	Aposentada	17 anos
----------	------------------------	-----------	------------	---------

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa

A escolaridade vai ser um divisor de águas para algumas mulheres. A tabela mostra que poucas têm o primário completo, algumas são semianalfabetas e somente três concluíram o segundo grau, que corresponde hoje ao Ensino Médio. A necessidade de trabalhar não permitiu que algumas domésticas conseguissem estudar. A carga horária de trabalho exaustiva e a demanda com a sua própria família fez com que algumas mulheres abrissem mão dos estudos. Magnólia² narrou que tentou algumas vezes conciliar a escola com o trabalho, mas não conseguiu em virtude dos horários de seus patrões que sempre chegavam tarde a casa.

[...] O estudo chegou uma época que eu disse vou querer estudar! E eu não tive oportunidade, eu chegava ao colégio sempre atrasada. Eu sempre falava “o colégio abre 19h00 e fecha, tem horário pra fechar.” E ai quando vinha chegar (os patrões) era 20h00 da noite. Às vezes eu saía, quando o patrão chegava, eu dizia: logo que ocê chegou fica com teu filho, que eu vou pro colégio. [...] Tinha um colégio pertinho de Lacerda, ali na Amaralina, ali eu ainda cheguei a fazer o supletivo, mais não dava, porque não tinha horário de chegar, ninguém chegava (os patrões). E eu queria estudar, ai foi quando o tempo foi passando, eu desistia, digo “não, vou estudar mais não” aí desisti. (Relato oral, Magnólia, em 19/ 08/2016).

A condição social e a necessidade do trabalho fizeram com que patrões explorassem de maneira significativa a mão de obra dessas mulheres. O abuso de poder pode ser configurado nos pagamentos, no tratamento dado a essas domésticas, na carga horária e na ausência de quaisquer direitos trabalhistas. A narrativa de Dália vem ilustrar o descaso por parte do patrão com relação ao aumento de pagamento, segundo a entrevistada, ele disse que se concedesse aumento, ela teria que trazer comida e papel higiênico de casa. Diante da resposta do patrão a moça não insistiu.

Dália é mãe de 14 filhos. Para poder trabalhar, deixava os filhos mais novos sob a responsabilidade dos mais velhos. Trabalhava os sete dias da semana e não tinha direito a férias e nem as folgas, iniciava seu trabalho as 07h00min até as 16h00min, retornava ao trabalho as 18h00min e saía

² Todas as entrevistas foram transcritas de acordo com a oralidade das entrevistadas

23h00min.

Seu trabalho abrangia em lavar, passar, cozinhar, arrumar e cuidar de um casal de idosos. Mesmo com essa jornada de trabalho e funções, o seu pedido de aumento estava condicionado em abrir mão da comida e do papel higiênico.

A pesquisa revelou que os excessos da carga horária e a demanda dos serviços domésticos fazem parte da vida dessas mulheres trabalhadoras. O valor pago não estava de acordo com a demanda do trabalho que elas realizavam, ressaltando que 90% das mulheres entrevistadas são unânimes em dizer que não estavam satisfeitas com sua remuneração.

Alguns relatos demonstram que essas mulheres acabavam assumindo funções em excesso, mesmo na casa de famílias mais abastadas. Percebi também que algumas empregadas diante da carga horária de trabalho exaustiva reivindicaram a seus patrões que contratassem mais uma funcionária para dividir os serviços domésticos, solicitação esta que foi atendida. Segundo Magnólia (2016),

Às vezes chegava à noite, eu arrumava a cozinha, deixava tudo ali, eu em vez de descansar, eu ia passar roupa. Ai que chegou um dia que eu comecei, falei “eu tô cansada, eu não aguento mais isso” foi que botaram uma senhora pra passar, eu lavava e a senhora só ia passar essas roupas. (Relato oral, Magnólia, em 17/08/2016)

A pesquisa mostra a consciência que essas mulheres tinham de que o valor da sua mão de obra não estava condizente com os pagamentos recebidos. Mesmo cientes dessa desvalorização, somente duas mulheres, Magnólia e Dália, confrontaram seus patrões a darem aumento, dia de folga e férias.

O descaso dos patrões com as solicitações das empregadas é justificado pela ausência de uma Lei que amparasse as domésticas. Podem-se buscar respostas, sobretudo no passado escravista do Brasil em que a mulher negra, escrava majoritariamente, sempre foi direcionada aos cuidados domésticos da casa grande, e mesmo após abolição, o trabalho doméstico foi à primeira opção de trabalho para as mulheres negras e pobres.

De acordo com Theodoro (2014):

A mulher negra foi nos primeiros tempos de “liberdade” a viga mestra da família e da comunidade negras. Nesse período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e a subsistência de todos os outros. Sem condições de conseguir trabalho, conforme as perspectivas acenadas durante a campanha abolicionista, o homem negro ficou impossibilitado de prover o sustento da família, que foi amparada pela mulher negra. Esta deixou a senzala pelos cortiços das cidades e assumiu, praticamente as obrigações que tinha na fazenda, dividindo-se entre o quarto que compartilhava em promiscuidade com os seus, e a cozinha das famílias abastadas. (THEODORO, 2014, p. 86).

Dessas dez mulheres que foram entrevistadas, quatro delas são aposentadas como trabalhadoras rurais, duas continuam trabalhando como domésticas, as demais se dividem em dona de casa, feirante, agente de saúde e funcionária pública municipal.

Em Saúde, percebemos que apesar das comparações e experiências, paralelos, o trabalho doméstico, foi antes de tudo um meio de sobrevivência diante de uma sociedade que tinha e continua com uma economia voltada para a pecuária, não oferecendo muitas opções de trabalho. Uma atividade sem reconhecimento social e econômico, mas que as amparou por um determinado tempo ou todo tempo de suas vidas.

1.2 Meninas domésticas

A necessidade financeira é o fator predominante para justificar a inclusão dessas mulheres no trabalho doméstico. Oriundas de famílias pobres e moradoras da zona rural, essas mulheres viram no trabalho doméstico uma maneira de amenizar as despesas com educação e alimentação. Por esses motivos, algumas famílias encaminharam suas filhas para trabalharem como empregadas. Para Sanches (1998):

Miséria, orfandade, quantidade grande de irmãos eram os motivos recorrentes para transformarem essas adolescentes, quase crianças, em jovens criadas. (1998, p. 85).

Por conta da pouca idade, elas começavam a trabalhar como babá, ou realizando atividades ligadas a casa. O caso mais emblemático da minha pesquisa é de Jasmim, menina pobre da zona rural, que começou a trabalhar em casa de família aos 13 anos, trabalhava e morava na casa com uma

senhora em Saúde, e depois de algum tempo foi levada por outra família para Salvador, com a responsabilidade de ser babá de uma criança. A experiência de Jasmim em Salvador nos remeteu a um passado escravista.

A afirmação pode parecer forte quando analisamos o distanciamento dos séculos. Mas a narrativa de Jasmim nos mostra que nas casas de família em que trabalhou ela passou por situações de abusos, exploração e preconceito.

Em Salvador morou e trabalhou em três casas. A primeira casa em que trabalhou tinha que cuidar de uma criança e também realizar tarefas na casa. A noite dormia na casa da vizinha da patroa em virtude de fazer companhia para a mesma. Sua alimentação consistia nas sobras da neta da patroa. Nas palavras de Jasmim:

Se por acaso a menina comece o leite e disse assim “vó eu não quero mais não”, nem que num prestasse *eu* tinha que comer aquele a leite. [...] E eles não eram ricos não! Mais cozinhava outras coisas lá, né! Não que chegasse na minha boca, eu só comia se a criança deixasse, se a criança não deixasse, a criança tinha sete anos, aí eu não comia. (Relato oral, Jasmim, em 22/08/2016)

As experiências de Jasmim me remeteram as chamadas Catarinas, meninas de pouca idade que eram levadas para serem criadas por alguma família e que pagavam a moradia e comida com o seu trabalho. De acordo com Ferreira Filho (2003):

O adestramento do doméstico exigia um aprendizado de anos, daí ser comum em Salvador o recurso de contratar meninas de tenra idade para ir aprendendo o ofício. Chamadas “catarinas”, essas meninas também foram largamente utilizadas pelos lares de classe média baixa. [...] Na ambiguidade criança - adulto, as “catarinas” viviam. Não raro, os patrões lhes aplicavam surras e castigos para discipliná-las. Poucas conseguiram aprender o ABC e outras tantas fugiam. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 55-56).

Jasmim em duas situações foi agredida pela senhora que a contratou. O trabalho doméstico por ser executado em um espaço privado e longe de fiscalização contribuiu para que patroa se sentisse confortável para “castigar” a empregada. Conforme Sanches (1998), a doméstica era tratada como um objeto que estava sujeito aos destemperos dos patrões, sendo:

A violência contra domésticas no ambiente do trabalho sempre foi constante desde os tempos da escravidão. No livro de Ma. Odila L. S. Dias. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, encontram-se vários casos de escravas alocadas para o serviço doméstico que eram sistematicamente espancadas pelas senhoras exasperadas com as indisciplina. Mesmo admitindo-se que a lógica do sistema escravista pressupunha castigos físicos, a estreita vigilância sobre os escravos domésticos, comparado a maior mobilidade e liberdade dos escravos de ganho gerava maiores oportunidades da autoridade senhorial se expressar de forma violenta. (SANCHES, 1998, p. 100-101).

A violência de Tina (patroa) contra Jasmim é decorrente dos resquícios escravistas e da intimidade forçada que o trabalho doméstico favorecia ou permitia. Das fontes pesquisadas, somente Jasmim passou por esse trauma.

A pesquisa revelou que poucas mulheres migraram de Saúde para trabalharem como empregadas domésticas em outras cidades, das fontes analisadas somente Jasmim e Magnólia se mudaram para Salvador. Os motivos para migração estão ligados à pobreza e uma perspectiva de uma vida melhor, longe da fome, uma oportunidade melhor de trabalho. Conforme afirma Sanches (1998):

Secas, restritas possibilidades de trabalho, forte concentração de terras e sucessivo repartimento de pequenas propriedades entre herdeiros numerosos jogaram no mercado de trabalho das grandes cidades um número significativo de mulheres vindas das zonas rurais, muitas vezes analfabetas, que, sem condições de concorrer a outras oportunidades de emprego, encontravam no trabalho doméstico uma saída segura para sua sobrevivência. (SANCHES, 1998, p. 57)

Jasmim não soube precisar quanto tempo ficou no primeiro emprego, no segundo ficou em torno de um mês e o Último ficou seis meses. O tempo de permanência de Magnólia é bem superior ao de Jasmim: foram vinte anos. São experiências diferentes, mas que em dados momentos convergem para o mesmo ponto de exploração. Magnólia demonstra que tendo consciência do valor seu trabalho começou a lutar por seus direitos, entre esses, exigiu que assinassem a sua carteira de trabalho, e mais a frente começou a reivindicar dias de folga. Ela conseguiu dos patrões a carteira assinada e os dias de folga. Mas em contra partida, só recebeu o salário mínimo no papel, porque na prática continuou sem receber o que lhe era devido.

A atitude da empregada em reivindicar seus direitos trabalhistas

demonstra a sua consciência de pertencimento e certa identidade de uma classe. Ao contrário das outras mulheres que tinham consciência da desvalorização da sua mão de obra, mas que não reivindicaram, se contentando com quantias irrisórias.

Essa postura de Magnólia pode estar ligada a duas hipóteses. Primeiro: pelo fato dela ter residido nos anos de 1978 a 1998 em Salvador, uma sociedade soteropolitana que vai se moldando lentamente aos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, conquistados através da Lei 5.859 publicada em dezembro de 1972³. Essa Lei trouxe alguns benéficos para as trabalhadoras domésticas como: assinatura da carteira de trabalho, 13º salário, 20 dias férias, aviso prévio em casos de dispensa e recolhimento da previdência social. A segunda hipótese pode ser a influência de uma amiga, que estava sempre lhe despertando para a exigência dos seus direitos e os abusos dos seus patrões.

Magnólia, ao ter conhecimento da legislação, tirou a carteira de trabalho e iniciou na época um embate com seus patrões. A entrevistada declara que:

[...] Quando foi um belo dia, através de conhecimento, eu tirei a minha carteira, e sentei para conversar, pra assinar a minha carteira. Demorou acho que ano nessa conversa, Eu cobrando, cobrando. Quando chegou um dia, aí eu falei, aí disseram que, eu falei vocês paga meus tempo e assina a minha carteira como nova, aí disseram: “não ! Você não tem direito nenhum”. Aí assinaram a minha carteira, eu lembro bem que eu ganhava era 75 reais, na época acho que era cruzeiro. E aí, ficou tempo passando aumento deus me livre, nunca dava aumento, sempre que eu tocava no assunto dizia que tinha alguém me incentivando. E eu sempre lia jornais, eu via, e sabia que tinha direito, sabia meus direitos. As folgas que toda doméstica tem, eu não tinha, eu que tinha que ir forçar, dizendo “Não, todo mundo tem direito, todo mundo sai, então eu vou sair”. (Relato oral, Magnólia, em 17/08/2016).

O conhecimento sobre parte das Leis trabalhistas permitiu que a empregada doméstica não tivesse receio de confrontar seus patrões e conseguisse que parte de suas reivindicações fosse atendida.

O interessante é perceber que nos relatos, algumas dessas mulheres

³ Lei 5.859 / Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm. Essa Lei foi revogada pela Lei Complementar 150/2015. A Lei 150/2015 será minha abordagem no terceiro capítulo.

não conseguem perceber a exploração. Cito como exemplo a narrativa de Acácia. Ela demonstrou gratidão por seus patrões pelo fato deles terem contribuído com os seus estudos. Assim, não via a relação de trabalho como uma relação de exploração da sua mão de obra. Essa não compreensão é justificada por um sentimento de carinho ou afinidade que as domésticas nutriam pelas famílias empregadoras. Segundo Barbosa (2011):

O trabalho doméstico traz características peculiares que reforçam a exploração das mulheres em seu exercício: a servidão; a gratuidade; o afeto; o cuidado e o tempo inesgotável. Esses elementos dificultam a saída das mulheres da teia da opressão patriarcal e capitalista que explora no mundo do trabalho. (BARBOSA, 2011, p. 05).

A exploração sexual ou assédio só aparecem na narrativa de Verônica, o filho da patroa que tenta umas investidas de cunho sexual, mas ela reage puxando uma faca. Ela não revela muitos detalhes e muito menos se essa investida do rapaz virou um processo criminal. Ressaltando que o fato de não existir nenhum processo de defloração ou estupro na comarca de Saúde não implica dizer que não ocorreu, até porque, muitos pesquisadores iniciam suas pesquisas a partir de processos crimes de defloração ou estupro em que a parte autora e vítima era trabalhadora doméstica. De acordo com Sanches (1998):

A violência a que eram submetidas às domésticas não se restringia apenas aos espancamentos. Os casos de estupro eram igualmente comuns, dado o grau de vulnerabilidade a que as mesmas estavam sujeitas no ambiente doméstico. (SANCHES, 1998, p. 110).

Todas as mulheres entrevistadas começaram a trabalhar ainda crianças ou adolescentes. Oriundas de famílias pobres encontravam no trabalho doméstico uma forma de amenizar as necessidades de seus familiares. Trabalhar como empregada doméstica nas casas de família que tinham uma situação financeira razoável não significou uma vida confortável, muito pelo contrário. O semianalfabetíssimo, a pouca idade, a falta de experiência, a distância de seus familiares e a ausência de uma Lei que as amparasse contribuíram para a exploração da sua mão de obra.

1.3 A questão racial

As informações fornecidas pelas mulheres entrevistadas revelam que o direcionamento delas para o trabalho doméstico estava ligado ao gênero, à raça e à situação econômica. A raça é fator preponderante e excludente fruto da ausência de políticas sociais igualitárias e reparadoras. Essa invisibilidade social determinou ou encaminhou essas mulheres ao trabalho doméstico. Conforme afirma Sanches (1998):

O fato de serem negras ou mestiças não constituía empecilhos para as mulheres conseguirem emprego como doméstica. O caráter subalterno da profissão não a tornava um ramo de atividade muito concorrido e, sempre que possível, as mulheres a ele dedicadas buscavam formas de deixar de serem domésticas procurando outro tipo de trabalho. (SANCHES, 1998, p. 94).

A presença preponderante da mulher negra no emprego doméstico vem contrapor a ideia que no Brasil existiu democracia racial, segundo Schwarcz, a presente teoria se tornou uma falácia, que por muito tempo foi propagada ao mundo à união das três raças (1993, apud PEREIRA, 1996, p. 20-21).

Segundo Pereira (1996):

Anos depois, o Brasil foi palco de uma experiência muito rica. Baseada na imagem que se tinha do país no exterior, a UNESCO, pretendia apresentar ao mundo sistema racial brasileiro como modelo ideal de convivência harmoniosa entre raças diferentes. Essa crença, fortemente consolidada no imaginário nacional e que a história e a ciência deram *status* de verdade, veio pouco a pouco, em ritmo político, se consolidando no cansativo slogan (repetido por grego e troiano) de o país da democracia racial (SCHWARCZ, 1993). Em síntese, dentro do ideário de conhecer para orientar, o Brasil seria um dos modelos a ser seguido pelas nações plurirraciais. É de todos conhecida a reação de intelectuais brasileiros, mais à esquerda, contra essa ideia e como dessa reação nasceu o famoso projeto UNESCO sobre relações raciais no Brasil [...] Tais pesquisas, como realizada no Brasil, vêm revelar diferentes escalas e graduações dos problemas raciais e deslocam a questão de *racismo exterminador* nazifascista para o nuançado *racismo contemporizador* existente pelo mundo afora, em especial, nas jovens nações que se formaram com o braço escravo e com a mão de obra imigrante. (PEREIRA, 1996 p. 20-21)

O trabalho doméstico no Brasil tem sexo e raça. Essas duas características são frutos de um passado escravocrata e patriarcal em que as mulheres negras eram forçadas a cumprir as atividades domésticas de maneira compulsória, servindo aos senhores e a senhoras. Nas palavras de Theodoro,

Desde os tempos da escravidão, as mucamas e criadas dos sobrados eram negras e mestiças, pois tais funções eram consideradas vis e inaceitáveis para a mulher branca. Escravizada, a mulher negra foi o grande esteio da mulher branca, pois, além de levar os recados amorosos da sinhá, ela criou nas casas-grandes condições de vida amena, fácil e até mesmo ociosa para as mulheres brancas. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e quartos, cuidava dos filhos e satisfazia as exigências do senhor. (2014, p.85)

No Brasil, um fato importante e que merece ser analisado, é a representação das mulheres negras nas telenovelas brasileiras, quando procuramos as artistas negras nas películas, constatamos que elas sempre ocupam os papéis de empregada doméstica. A televisão brasileira retrata a mulher negra sempre como serva, faxineira e doméstica. Esses papéis reforçam na sociedade o local de pertencimento da mulher negra, ao mesmo tempo em que legitimam a discriminação racial. No documentário, *Negação do Brasil* (2000) do diretor Joel Zito Araújo o cineasta aponta as influências das telenovelas nos processos constituição de identidade étnica dos afro-brasileiros fazendo um manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens televisivas do país.

Estudiosos do século XVIII e XIX entendiam que o branco era biologicamente superior às demais raças. Os negros, considerados inferiores estavam, portanto, predestinados à marginalidade e a incapacidade cognitiva. Esse pensamento de superioridade racial baseava-se em teorias raciais, que foram também propagadas na sociedade brasileira no século XIX. Segundo Schwarcz, a miscigenação passou a ser analisada como um problema para a elite intelectual brasileira. Influenciados pela pelas teorias oriundas da Europa e da América do Norte, os intelectuais brasileiros definem a miscigenação como um fato que comprometeu o desenvolvimento da sociedade. (1995, p.128)

Schwarcz afirma também que essas teorias baseadas nos discursos darwinistas concluíram que o problema do Brasil estava no negro, no índio, mestiço e no africano. (1995, p.129).

As teorias raciais definem os negros, o índio, mestiço e o africano como inferiores e, portanto desprovidos de capacidade intelectual, ao contrário do branco. Para Sanches:

As teorias raciais tão em voga naquele período, ao estabelecerem as diferenças entre os indivíduos a partir de critérios biológicos, com clara desvantagem para os indivíduos de cor, iriam justificar, “cientificamente”, preconceitos há muito enraizados, buscando respostas para problemas sociais, que nada não tinham a ver com as diferenças raciais, mas sim com o problema político que abolição colocara, ou seja a introdução dessa mão de obra, agora oficialmente livre, no mercado de trabalho. Negros e mestiços todos pobres, com hábitos estranhos, invariavelmente apareciam como presas constantes de moléstias endêmicas e crimes, gerando o pavor na elite, receosa de que estes indivíduos “estranhos em sua pobreza” ameaçassem a integridade física e moral da família. Era, portanto, urgente estabelecer mecanismos de controle eficazes. (SANCHES, 1998 p. 99-110)

Apesar desses preceitos de superioridade racial baseados em critérios biológicos não se sustentarem no século XXI, as relações raciais ainda hoje são hierarquizadas. Ainda estão vigentes as relações de poder e de dominação. As oportunidades não são iguais e não contemplam todos os brasileiros.

A narrativa de Acácia e Violeta embasam a presente afirmação, ao mesmo tempo em que evidenciam que o sujeito é o agenciador de sua vida. Essas mulheres através dos estudos ora realizados, conseguiram ascender e exercer outra profissão que lhes deram todas as garantias trabalhistas.

Acácia trabalhou como doméstica até concluir o magistério. Tornou-se professora da rede estadual, aposentando-se em 2005. O mais surpreendente da história dessa mulher é que, depois de aposentada retornou às atividades de doméstica. O emprego doméstico era sinônimo de trabalho para ela, não o via como algo menor, gostando de exercê-lo, embora tenha deixado transparecer que seu retorno ao mundo do trabalho doméstico estava relacionado às questões orçamentárias.

A tabela da página 6 mostra que Violeta é atualmente funcionária pública

concurada. O que reforça mais uma vez que o sujeito é agenciador de sua vida. Mudar de profissão, permanecer ou retornar às atividades do trabalho doméstico demonstra também o poder dessas mulheres dentro da sociedade. De acordo Perrot (1998), as mulheres foram aos poucos avançando e retrocedendo para poder progredir, buscando sempre a sua autonomia. Essa circularidade que a mulher conquistou do privado para o público é fruto da luta dos movimentos feministas a partir das últimas décadas do século XIX. (PERROT, 1998, p.170).

O preconceito do trabalho doméstico esteve muito mais ligado ao seu significado de subalternidade racial proveniente do período escravista. Como afirma Sanches (1998):

De toda maneira, os significados subalternos e depreciadores com que a escravidão urbana havia marcado o trabalho doméstico, não eram amenizados quando este era exercido por brancas pobres. Negras, brancas ou mestiças, claras ou escuras tinham que conviver com as agruras da discriminação social por estarem associadas ao exercício de uma atividade assaz desprestigiada. (SANCHES, 1998 p. 97).

Contudo, é importante ressaltar a luta das mulheres negras e trabalhadoras domésticas, atendendo um chamado de algumas vertentes dos movimentos feministas que se debruçam sobre as demandas das mulheres negras. Azeredo (1994) ressalta que as discussões sobre raça têm ficado a cargo de mulheres negras. É necessário reconhecer, que é responsabilidade de todos os pesquisadores, o aumento de um coro de pesquisas voltadas para gênero e raça. (AZAREDO, 1994, p. 203)

Muitas intelectuais feministas ao discutir gênero acabam excluindo outras categorias e identidades. Azeredo (1994) destaca que:

Estas publicações, feitas por mulheres pretas e “mulheres de cor”, representam uma severa crítica ao etnocentrismo das feministas brancas, que, ao se concentrar no estudo das relações entre mulheres e homens, perderam de vista as especificidades de classe e raça e as multideterminações da categoria gênero. A crítica das “mulheres de cor” denunciavam as tendências individualistas e liberais das produções feministas e propunham novas alternativas de se fazer teoria feminista. (AZEREDO, 1994, p. 209)

Azeredo (1994) finaliza afirmando que existe uma parcialidade das

feministas em deixar a cargo das intelectuais pretas as discussões de raça. Portanto, as demandas que envolvem a mulher negra trabalhadora doméstica é uma temática que tem ser abraçada por mais pesquisadoras e pesquisadores. Davis (2004) percebe que é difícil usar apenas uma categoria - raça, classe e gênero - nas pesquisas, não havendo muitas vezes uma sobreposição ou hierarquização das mesmas. Em vários momentos da análise do contexto histórico e social de dado período elas se interseccionalizam.

Caldwell (2010) chama a atenção para a invisibilidade da mulher negra no campo dos estudos no Brasil, ressaltando uma ausência muito forte da raça na maior parte dos estudos. Ela finaliza sugerindo que as diferenças raciais tenham destaque maior nas pesquisas. A autora afirma que é preciso reconhecer a mulher negra como sujeito histórico, sendo assim é preciso academicamente valorizar suas contribuições. (CALDWELL, 2010, p. 18).

CAPÍTULO II SEI ONDE É O MEU LUGAR

2.1 Relações entre patrões e empregadas

As mulheres que passaram pela experiência de trabalhar em Salvador, impulsionadas pela pobreza da família e sonhos de uma vida melhor passaram por vivências significativas. Trabalhar em Salvador implicou em terem de residir no local de trabalho, e conseqüentemente, o fato de morar com os patrões permitiu abusos, maus tratos, alimentação precária, isolamento e carga horária excessiva. De acordo com Sanches (1998):

Apesar do conteúdo de subordinação ser uma característica comum à atividade doméstica, este poderia variar de acordo com o grau de proximidade estabelecido pela doméstica junto a casa. A doméstica que, por força dos seus afazeres, morava com a família contratante, estava mais sujeita a um controle acirrado de sua conduta e mais vulnerável a situações humilhantes que aquelas cujas atividades previam um contato mais esporádico com os membros da família empregadora. (SANCHES, 2w1998, p. 32).

Quanto maior o contato maior era a subordinação. Essa aproximação mostrou que as necessidades dessas mulheres foram suprimidas pelas necessidades dos patrões. Esse tratamento de exploração é percebido tanto em Saúde como em Salvador.

As narrativas retratam uma relação de submissão, dedicação e exploração entre as empregadas e seus respectivos patrões. Os conflitos aparecem de forma sutil, sem muitas delongas e muito menos processos judiciais, são resolvidos dentro do espaço privado, longe dos olhos e julgamentos alheios. O que ocorreu, no máximo, foi uma mudança de trabalho em virtude de um adjetivo que a patroa colocou. É o que narra Margarida, que ao ser chamada de doida pela patroa pede pra sair do trabalho.

Magnólia na sua narrativa externou uma devoção muito grande por seus patrões, deixando transparecer um desejo de pertencimento a essa família. Ansiava ser tratada como membro da mesma, mas logo percebeu nos embates das relações que esse sentimento era nutrido somente por ela. Nas palavras de Magnólia:

[...] Essa foi uma vida que eu tive de escravidão, eu digo pra todo mundo: Não queira isso pra vocês, porque é triste! Às vezes as pessoas é humilhada porque é doméstica! Tem que tá ali na humilhação! Mas eu acho que não, a pessoa tem que ser tratada como alguém da família. “Oiá aqui não é minha empregada, é minha secretária! minha mãozinha direita!” “pessoa tem que dizer assim”! Por que todos nós somos iguais, ninguém é diferente do outro. Se a pessoa tá ali é porque precisa, não é escravidão [...].(Relato oral, Magnólia, em 17/08.2016).

O fato de morar no trabalho causava essa aproximação, e uma inevitável intimidade diária, o que provavelmente foi criando uma suposta ideia de pertencimento. Mas, de maneira direta ela percebeu em várias circunstâncias que não fazia parte desse núcleo familiar, principalmente em momentos nos quais seus interesses eram discutidos. Muitas vezes estes foram negligenciados e a vontade dos seus patrões foi sempre priorizada. Até mesmo em momentos festivos, quando presenteada, ela constatava a desvalorização da sua dedicação. De acordo com Magnólia:

Até os presentes de Natal era aquilo murcho, olhava assim! Pra quem era tudo naquela casa, era aquele presente murcho. Às vezes era uma blusa, as vez um perfume de supermercado, aqueles de prateleiras, era esse. (Relato oral, Magnólia, em 17/08/2016).

Por mais que a convivência forçasse uma intimidade entre empregadas e patrões, existiram momentos que os patrões evidenciaram de forma clara e direta quem mandava e quem obedecia.

Essa frase “procure seu lugar” ou “sei onde é o meu lugar” apareceu nas narrativas revelando dois sentimentos: o preconceito que os patrões demonstravam com aquelas pessoas, e o fato da empregada doméstica repetir esse pensamento demonstrava que elas absorviam essa ideia de inferiorização . Iris diz que nunca deu lugar para patrão reclamar dela. Inserida na atividade doméstica aos dez anos de idade, não tinha direito a folgas e recebia valores simbólicos, nas casas em que trabalhou tinha liberdade para comer o que quisesse. Ela continua trabalhando como doméstica, mas não recebe salário.

As relações mais complexas que fornecem margem para uma análise estão nas narrativas de Violeta, Magnólia e Acácia devido ao fato de residirem com as famílias empregadoras.

Apesar de trabalharem para famílias com um padrão de vida equilibrado, essas mulheres eram as únicas funcionárias da casa, e isso fazia com que a demanda de serviço fosse exclusivamente responsabilidade sua. Arrumar a casa, faxinar, lavar, passar roupa, cozinhar e cuidar dos filhos dos patrões fazia parte de seu ofício. E se por ventura questionassem algum direito, já se gerava um conflito entre eles.

A opressão é uma das marcas das relações entre empregadas e patrões. Nas narrativas ela apareceu de várias maneiras, a exemplo da situação na qual uma das empregadas foi proibida de assistir televisão junto com os patrões. Segundo Jasmim, na primeira casa em que trabalhou em Salvador, a mãe da patroa delimitava seu acesso aos espaços da casa.

Era assim, a mãe dela dizia: que a pessoa que nós conhece, dizia bem assim: “procure onde é o seu lugar, quando ela estiver assistindo televisão, não é pra ir pra sala”. Ela (a dona da casa) tinha um tapetão felpudo, assim parecendo um, um, como é Rita? Parecendo uma ovelha sabe? E “ela dizia: “Vem Nega, bora assistir” Era aquela novela “O gato comeu”, há ela adorava fazer resenha né! E ela (mãe da dona da casa) dizia assim: “Não vá!” Ela lhe chama e porque ela é carente, porque não tem parente aqui, porque num vem ninguém aqui ver ela, por ela tá grávida, ela num chama porque gosta de você não! Viu? Quando ela lhe chamar, diga a ela que vai dormir não saia daqui dessa porta da cozinha pra dentro quando tiver gente aqui! De jeito nenhum! Se eu souber que você foi, você vai embora, viu? (Relato oral, Jasmim, em 22/08/2016).

Jasmim narra que na penúltima casa em que trabalhou foi Vânia, nora de Tina (patroa), que percebendo seu o sofrimento provocado pelos excessos da sua sogra, elaborou uma situação para mandá-la de volta para sua família. A sogra relutou, não compreendeu porque a nora queria enviar a menina de volta para sua família. Tina insistiu ao afirmar que não precisava pagar pelos serviços da menina, só bastava lhe dar comida e roupa. Porém, Tina (sogra) não conseguiu convencer a Vânia (nora) e o filho. E assim, Jasmim voltou para a sua cidade natal. As palavras de Vânia a Jasmim ao deixá-la na rodoviária revela uma nova mentalidade.

Vá com Deus e não pise aqui mais nunca! Só se você tiver

certeza que é uma pessoa boa e que vai lhe pagar, vai cuidar de você, que nenhum ser humano merece isso [...] eu tô lhe deixando ir de coração partido, vá passar fome junto com sua mãe, que é melhor do que tá ganhando qualquer coisa aqui. (Relato oral, Jasmim, em 22/08/2016).

A atitude de Vânia mostra uma postura de não tirar proveito da situação de carência da menina e de sua família, ao contrário da sogra que usou esse argumento para convencer a nora e o filho a permanecerem com a menina. De acordo com a narrativa, Jasmim tinha 13 anos de idade na época. Sabemos que as experiências de Jasmim não se encerraram com a família de Tina, ela retornou mais uma vez a Salvador movida sempre pela necessidade de trabalhar.

Perceber que essas formas de opressão são resquícios de um país hierárquico e dividido em classes nos permite compreender essas relações. São situações como essas que fizeram com que algumas empregadas domésticas afirmassem nas suas narrativas que sabia qual eram o seu lugar. Gostar da empregada não significava que ambos deveriam ocupar os mesmos espaços.

O fato de saber qual era o seu lugar revela que a subalternidade foi introjetada por essas mulheres. Mesmo em situações nas quais os patrões tentaram quebrar essas muralhas, muitas empregadas relutaram, a exemplo de Hortência: “[...] Tipo assim sentar na mesa mais patrão, aquilo ali, não consigo! sabe? Num sei se tá ali com boa vontade que eu teja ali junto, quero continuar no meu lugar, tranquilo[.]” (Relato oral, Hortência, em 01/09/2016).

A dificuldade em sentar-se junto à mesa com os patrões mesmo após um convite reforça o quanto os espaços da casa já tinham sido circunscritos pela doméstica. Realizar as refeições na mesma mesa com seus patrões para algumas, teria uma conotação de igualdade e pertencimento entre eles.

Segundo Verônica:

Trabalhei numas (casas) que me tratava como gente da casa, uma pessoa da casa, como doutor Del Reis mesmo! Num tempo que ele veio pra aqui, eles só almoçava na mesa, só almoçava com eles na mesa. (Relato oral, Verônica, em 17/09/2016).

Um dos conflitos que permeavam o ambiente doméstico, como já foi dito

anteriormente, era o pagamento, considerado por elas bem abaixo do que realmente elas mereciam. Entretanto, poucas trabalhadoras questionaram, pois, existia por parte delas um consenso de que o emprego doméstico não era visto como hoje, e, portanto, a quantia que elas recebiam estava de acordo com o período.

Possivelmente essa não assimilação de que o trabalho doméstico não era visto como um trabalho permitiu que o pagamento fosse feito de várias formas que não necessariamente em espécie, elas poderiam receber desde roupas usadas até um prato de comida.

Das dez mulheres entrevistadas somente duas tiveram carteira assinada, Hortência e Magnólia. O que demonstra que a partir da década de 1980 as famílias empregadoras começaram a se conscientizar que a empregada doméstica também possuía direitos trabalhistas.

Hortência era cozinheira. Começou a trabalhar na casa de um médico em maio de 1986 e saiu de lá aposentada em julho de 2014, ressaltando que a sua carteira foi assinada em 1997. Até hoje ela possui uma relação amigável com seus ex-patrões.

Na narrativa, Hortência, ao contrário de Magnólia, não confrontou os patrões. Ressaltou que não gostava de briga e sempre buscou manter uma relação de respeito com os mesmos. Conseguiu a confiança dos patrões resolvendo pequenos pagamentos no Banco. De acordo com Sanches (1998) a confiança era um dos critérios para as empregadas serem contratadas, e tinham que ter referências para serem contratadas para os serviços domésticos de uma casa. Portanto, as domésticas passavam por uma investigação criteriosa por parte dos futuros patrões.

A desconfiança era uma sombra que pairava sobre as domésticas. Jasmim descreveu o momento de saída do seu último emprego, quando contou com a ajuda de amigas para se livrar das situações de maus tratos - prisão e falta de pagamento - impostos por sua patroa soteropolitana. Ela narra que a patroa não queria deixá-la ir embora, por medo, mantinha Jasmim trancada dentro de casa, no momento da sua saída, após uma discussão entre a patroa e as amigas de Jasmim, a patroa num ato brusco rasga as sacolas com os pertences de Jasmim, alegando que ela poderia estar roubando algum objeto de sua casa.

[...] Eu já estava com minhas coisa arrumado Rita! Duas sacolas de papel do mermo jeito, que num tinha sacola, num tinha bolsa. Aí Rita, sabe o que foi que ela fez quando eu cheguei no portão?[...] Sabe o que ela fez? Rasgou as duas sacolas de papelão, a roupa caindo no chão, às meninas botou dentro do carro, embolou, botou pra dentro do carro, as roupas que a outra (patroa) tinha me dado, aí ela disse: Tá em sua responsabilidade, a responsabilidade é de vocês. (Relato oral, Jasmim, em 17/08/2016).

Margarida relatou que trabalhou na casa de um fazendeiro, cheia de objetos de valor. O fluxo muito grande de pessoas dentro da residência gerou nela o medo de que algum objeto ou dinheiro fosse roubado e com receio pediu demissão. Essa atitude só é compreensível por sabermos que historicamente todas as suspeitas recaem sobre os empregados da casa, de acordo Sanches (1998):

O segundo fato decorria da percepção de que as domésticas eram estranhas à esfera familiar e, portanto, um perigo potencial para a segurança da família. As domésticas, ao mesmo tempo em que eram sujeitas á autoridade e cuidados patronais, eram também vistas de forma suspeitas, como indivíduos capazes de trazer os perigos da rua para dentro de casa. Identificadas com a esfera da rua, não fazendo parte efetiva da família, os patrões engendravam formas diversas para controlar e “domesticar” suas criadas precavendo-se contra atitudes indesejadas. (SANCHES, 1998, P. 64).

Além da desconfiança, algumas domésticas também foram vitimas de discriminação. Hortência contou que na década de 1960 e 1970 em Saúde, existiam clubes que selecionavam seus frequentadores. Hortência na sua narrativa não diz quais eram os critérios de seletividade para o acesso aos clubes existentes nesse período. Diante dessa ausência sobre quais eram os critérios de acesso ao clube, me reportei às fontes escritas com o intuito de ter as respostas que a entrevista não evidenciou. Através do livro de memória, professora Violeta Almeida (1998) descreve o Clube Centro Saudense de Cultura e Diversões como “um clube de lazer, que no inicio do seu funcionamento, selecionava os seus sócios, era frequentado pela elite saudense” (p. XX), e foi por muitos anos considerado cartão postal da cidade de Saúde.

Muito belo em tudo, contava com área de esporte, áreas de circulação, de higiene pessoal, salão de festa e recepções, salão de jogos, cantina e bar- muito bem aparelhados, biblioteca e, principalmente, com carinho de seus sócios. Ali se disputava o bom gosto e fino trato sustentados por um brilhante Estatuto de autoria de Nelson Carneiro. Cada sócio, cada pai, cada família e não somente a Diretoria, era encarregada de fazer florescer a paz e o charme que são frutos dos bons costumes. (ALMEIDA, 1998, p. 101).

A discriminação que essas mulheres passaram esteve muito mais atrelada à questão de classe e raça, possivelmente em virtude do emprego doméstico ser uma herança da escravidão no Brasil. O que se confirma também através da vivência de Violeta que foi alvo de comentários preconceituosos por trabalhar como doméstica mesmo após ter concluído o magistério.

Assim, o racismo se fez presente na vida dessas mulheres. Dona Rosa narrou que já foi chamada de “nigrinha, empregadinha”. Ela demonstrou que esses comentários não a incomodavam, ela continua exercendo o trabalho de doméstica. Essas palavras dirigidas a Rosa são consequências da histórica associação entre este tipo de atividade e a escravidão, em que a função era majoritariamente delegada às mulheres negras.

Ainda criança, Rosa ajudava uma senhora a cuidar dos velhos em um abrigo da cidade. Após casar com dezessete anos, começou a trabalhar como doméstica realizando todas as tarefas de uma casa, com pagamentos irrisórios e humilhações e uma jornada exaustiva. Até hoje Rosa continua trabalhando em casa de famílias em Saúde.

2.2 “Agora vou cuidar de minha casa”: O casamento e as relações com os patrões

O casamento é um dos fatores que interferiu nas relações entre empregadas e patrões. Magnólia, após casar, não conseguiu conciliar a atividade de sua casa com o trabalho doméstico. As queixas do esposo contribuíram para que ela saísse do trabalho. Após 16 anos de serviço, ela se afastou sem nenhum direito trabalhista assegurado. Não quis reivindicar na justiça, e ainda guarda uma grande mágoa dos seus patrões.

A interferência do marido fez com que Margarida não permanecesse

muito tempo nas casas de famílias. A justificativa estava ligada ao horário que ela retornava para casa. Ela tinha uma carga horária extensa que iniciava as 6h00 e terminava às 18h00hs ou 19h00hs. Ao invés de estabelecer um horário para retornar para casa ela preferiu pedir demissão usando como motivo o cuidado com as três filhas.

A maternidade para algumas mulheres foi um acontecimento que contribuiu para que elas buscassem no trabalho doméstico uma alternativa de criarem seus filhos. Dália, mãe de 14 filhos deixava os filhos menores sob o cuidado dos maiores enquanto trabalhava. A compreensão de alguns patrões muitas vezes permitia em suas casas a presenças dos filhos das empregadas. A patroa de Hortência permitia que ela levasse as refeições para a sua filha e depois de um tempo a menina passou a frequentar a casa com concordância dos patrões.

A conduta moral dessas mulheres também passava pelo crivo de seus patrões. Magnólia ao anunciar que se casaria relatou que a reação dos patrões foi primeiramente associar o casamento a uma possível gravidez. Conceber a gravidez como justificativa para o casamento era também um forma de preconceito, talvez considerando que a empregada tivesse hábitos considerados inapropriados na época.

O casamento ou a união estável, para algumas mulheres encerrou o ciclo do emprego doméstico. Jasmim narrou que aceitou o pedido do primeiro rapaz que a pediu em casamento por medo de voltar a trabalhar como doméstica. O casamento gerou nessas mulheres segurança, estabilidade e uma oportunidade de deixar o trabalho doméstico. Verônica contou que “[...] quando eu fui morar com ele aí, ele me tirou dessa vida de ficar né em casa do zoto. Fumo trabalhar pra nós mermo. Roça, com padaria, [...] trabalhava pra nós viver. Ele matava gado, vendia, ai sim, até hoje”. (Relato oral, Verônica, em 17/09/2016).

As relações entre empregadas e patrões foram permeadas de submissão, reivindicação, conquistas, devoção, exploração, gratidão e mágoas. São relações sociais em que as empregadas tiveram mais deveres do que direitos. Elas tinham consciência disso, mas diante das poucas possibilidades de trabalho e necessidade, se submetiam aos abusos e espaços delimitados. Em algumas narrativas as entrevistadas demonstraram que receberam

tratamentos que no remontam ao período escravista do nosso país.

O trabalho doméstico foi e ainda é desprestigiado pela sociedade, mal remunerado e direcionado à camada pobre e negra. Os direitos trabalhistas aparecem de maneira inexpressiva e não atingiram a todas as entrevistadas. A conclusão dos estudos para algumas mulheres que conseguiram perseverar significou novas perspectivas de vida.

2.3 Trajetórias de vida

A história de vida e o perfil dessas mulheres não são diferentes da trajetória de outras mulheres empregadas domésticas espalhadas pelo país. Elas têm muito em comum, são mulheres negras e oriundas da camada pobre da população brasileira, que exercem ou exerceram por um determinado tempo a mesma atividade e perceberam no emprego doméstico uma estratégia de se inserir no mercado de trabalho, mesmo que isso signifique trabalhar mais do que ganhar. Como prova a pesquisa feita pela DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - sobre o emprego doméstico nas Regiões Metropolitanas do Brasil, em 2009⁴.

Em Salvador, 96,2% das vagas no serviço doméstico eram ocupadas por mulheres negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes, a 50,6% de negras e 49,4 não negras. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados realizou na cidade de São Paulo⁵, no ano de 2014 uma pesquisa que mostrou que a atividade doméstica é majoritariamente feminina, e as negras estão sobre representadas, mais que as brancas, e que essa proporção de negras só aumentou; 2012 ficaram 50,9 %; em 2013 passou para 51.4% e 2014 correspondiam em 52,6%.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, no ano de 2013 realizou outra pesquisa pelas regiões do Brasil, e a análise mostrou que o trabalho doméstico na sua maioria é executado por mulheres negras, sendo uma das principais possibilidades de inserção das

⁴ file:///C:/Users/nino/Downloads/Trabalho%20dom%C3%A9stico%20remunerado.pdf.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acessado em 20/11/2015

⁵ <https://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014empreDomSAO.pdf> – Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acessado em 20.11.2015

mulheres pobres, negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional.⁶

Os caminhos que as fizeram chegar ao emprego doméstico, as suas experiências, as suas particularidades, os seus sonhos, medos e traumas, permanecer nele ou mudar de profissão é o que diferencia a trajetória de cada uma delas. A partir das análises das entrevistas compreendi que foram essas experiências que as fortaleceram e as impulsionaram mudar a rota, permanecer ou retornar à atividade doméstica.

Iris e Rosa atualmente ainda exercem a atividade doméstica. Entre as dez mulheres entrevistadas, a única que retornou ao serviço doméstico foi Acácia, mesmo sendo professora aposentada da rede estadual não se incomodou de retornar a trabalhar nas casas de família.

Ao ser perguntada se sofreu algum tipo de discriminação no período que lecionou, Acácia afirmou que não, e justificou dizendo que ninguém sabia que ela já havia trabalhado como empregada doméstica. Narrou que sempre teve uma boa relação com seus alunos e quando os reencontra sempre são atenciosos com ela.

Em sua entrevista ela relatou que ao contar para o seu padrinho que estava aposentada, este afirmou que tentaria uma colocação para ela como professora na rede municipal. Contudo, ela confessou que a possibilidade de retornar a sala de aula não a atraía, mas que se fosse pra trabalhar na parte de limpeza aceitaria, ao contrário, não.

Em sua fala ela deixou nítido que ela se sentia bem trabalhando como doméstica. O que me leva compreender que para Acácia este é o seu local de conforto, como se fizesse parte do que ela entende sobre si:

[...] quando eu dei entrada, eu falei a seu Herculano "oh seu Herculano, já dei entrada nos meus documentos pra me aposentar" ele "Já ! pós num se preocupe não, quando você se aposentar, você é dá gente, nós vamo pidir alguma coisa a José Carlos pra você, que era José Carlos que era prefeito, mais Deus levou né, mais se fosse pra dá aula eu num queria não! eu ia querer minha faxina, eu gosto Rita, de limpar as coisas assim, num sabe! eu gosto.(Relato oral, Acácia, em 10/09/2016).

⁶ <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf> - Acessado em 20.11.2015

CAPITULO III

JASMIM

A última frase de Jasmim me instigou a marcar um novo encontro para saber como foi a sua vida após seu casamento e para conhecer um pouco mais sobre a sua trajetória de vida, inicialmente, já sabemos que ela teve uma infância suprimida pelo emprego doméstico e suas permanências.

Dessa maneira, busquei analisar diante do que ela relatou os fatos mais relevantes da sua trajetória, as relações familiares, a sua vida após o casamento, a maternidade, a vida sofrida da trabalhadora rural e as conquistas.

3.1.Relações familiares: “eu ia trabalhar na casa dos zoto, né porque queria não, mãe mandava!”

Assim como as demais entrevistadas, Jasmim é de origem muito humilde, ela e seus dois irmãos foram criados pela mãe e o padrasto. As condições financeiras da família e a implicância do padrasto fizeram com que a sua mãe a mandasse trabalhar ainda criança em casas de famílias. A fome que assombrou a sua infância agora era só parte das suas lembranças mais tristes.

Oh Rita! Tem dia que tem tanta fruta aí, dendi de casa, tanta comida, quando eu penso tanta fome que eu passei muler né! ...Mo Deus do céu, tanta comida dendi casa, passei tanta fome na minha vida e meus irmãos, e tanta comida muler, tanta coisa [...]. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Jasmim relatou que a fome era algo constante e que seu padrasto por diversas vezes controlava o que ela e seus irmãos poderiam comer e que sua mãe muitas vezes ao fazer seus pratos do almoço, colocava a carne por debaixo do feijão para que ele não visse.

[...] quando mãe cozinhava a carne botava por debaixo do feijão, e mandava nois comer na biqueira da casa, pá meu padrasto não vê, porque se ele visse ele batia nela (minha mãe)... Mandava ela ir atrás do nosso pai pá da carne a nois ...eu, meu irmão e minha irmã , que nois era filho de oto home, e ele foi morar com ela , quando mãe botava carne e nois num entendia “mãe me dá mais carne” ..” que carne menina”,

quando nois num pedia , ele num sabia que tinha carne , e nois num entendia porque ela botava ...a carne de baixo, nois num sabia, num tinha mentalidade, depois que nois cresceu que nois foi vê porque era, né! que ele matratava ela, quando ele..levava pão , nois só comia se ele dissesse pode dá, se disse que não! Era café com farinha puro, só! Nois só comia depois que ele comecesse, quando dava uma coisinha, “ mande ..vá atrás do pai dela pá dá” eu num só pai delas não![...]. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Empregar a filha como doméstica para a mãe de Jasmim, não teve uma conotação de trabalho remunerado, mas sim de sobrevivência, diante da pobreza e da relação familiar. Jasmim relata que a mãe a entregava a qualquer família que lhe ofertasse comida, sendo que o pagamento pelos seus serviços não era importante.

Esse pensamento materno atrelado a uma estrutura social em que os mais abastados se beneficiavam dos serviços das mulheres negras, pobres e de pouca escolaridade, reforçava a exploração da sua mão de obra. Segundo Alves (2013):

As famílias abastadas tinham, além das escravas domésticas, a possibilidade de contar com mulheres jovens (“mocinhas”) para uma espécie de “ajuda controlada”. Essa foi uma forma adicional de trabalho doméstico que, no Brasil, tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. (MELO, 1998; SAFFIOT 1979 apud ALVES, 2013, p. 93).

As condições de trabalho vivenciadas por Jasmim nas casas de seus patrões nos revela que na década de 1980 o emprego doméstico era percebido como um trabalho servil e desvalorizado.

A predominância da mulher negra no emprego doméstico na década de 1980 reflete a servidão desse perfil de mulher a uma classe privilegiada branca. Uma relação de patrão e empregadas com nuances de discriminação, exploração e a falsa ideia de caridade:

Embora desprezado, o peso deste tipo de trabalho persistiu, durante o processo de urbanização e industrialização do país e com a expansão das classes média, transformando a chamada “ajuda” em serviços domésticos – realizado sobre as bases de

casa e comida para a população migrante de mulheres (principalmente não brancas) nascidas no campo. (ALVES, 2013, p.93).

Jasmim foi mais uma entre tantas meninas de origem humilde e do campo, que teve o uso de sua mão de obra justificado pelas bases da “ajuda” vinda das classes média e alta. Perceber o emprego doméstico como uma atividade remunerada foi um fato negligenciado concomitantemente pelo Estado e pela sociedade brasileira.

3.2 A vida de Jasmim após o casamento: “Nois nunca teve um dia pa dizer nois teve lazer na nossa vida, nessa época não”

Ela contou que ambas as famílias foram contra o seu casamento. A sua família e a família do marido. Justificavam que ela não tinha idade para casar e a família do noivo a discriminava por ser doméstica e por ser filha de mãe solteira.

[...] que os pais dele num queria que ele vivesse comigo, que eu era doméstica, sabe do que a mãe dela me chamava de lambe panela [...] e porque minha mãe, era mãe solteira, era muié solteira, ela não é casada, ela (a sogra) não queria, ela queria que ele arrumasse uma menina de boas condições... [...](Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Os códigos de condutas e a discriminação foram evidenciados e serviram de argumento para a oposição dessa união. Contudo, independente da oposição familiar, eles se uniram. Devido ao desprezo da família do marido eles foram embora do povoado em que viviam indo trabalhar de boia fria, em uma fazenda no Estado de Sergipe.

As condições de trabalho e moradia que Jasmim e seu esposo viveram na fazenda também eram precárias.

[..] chegou lá nós foi plantar capim, nós foi morar numa casa véia que a gente pra tapar os buracos da casa nós encheu de papelão, de pau. Lelé (marido) levantava umas três horas da

manhã ia arrancar capim, a nós plantava, ganhava por tarefa, nós foi, chegou lá, nois pensou que era num lugar que a gente ia morar diferente, chegou lá, era numa fazenda, num tinha luz, nois bebia água do tanque, num tinha casa perto, de jeito nenhum!. Lelé (marido) deu febre amarela, quase morre e a gente trabaiando, ele plantava, ele arrancava o capim, cavava e eu plantava, e aí sempre a gente tirava assim, vamos dizer se ganhasse cem à gente tirava cinquenta, tinha que comer só cinquenta, pra poder, pensando em vim embora (voltar para o povoado deles). (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Casar como uma opção de não mais passar por maus tratos não significou para Jasmim que as dificuldades tinham se encerrado. Trabalhar como boia fria foi tão precário, exaustivo e mal remunerado quanto o trabalho doméstico.

Aí, depois de dois meses eu comecei a enjoar, logo eu num sabia tomar remédio, nunca tinha tomado né! Novo, eu e ele novo, fiquei grávida, enjoando, uma dor de cólica, era uma dor de cólica que num acabava, mas, e aí passando mal ia trabalhar, passando mal, vomitava o dia todinho, plantando capim, com fome [...]. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

O desejo de voltar para a sua terra natal era grande, mas ela e o marido imaginavam que os seus familiares, por terem se manifestado contrários ao casamento, não lhes receberiam bem. O medo de retornar fez com que eles, apesar da iminência da vinda de um filho, aceitassem a proposta para irem trabalhar em outra propriedade.

As condições em que foram transportados, ela, esposo, irmã, cunhado e sobrinha, para trabalharem em outra fazenda, localizada no município de Itabuna, região sul da Bahia, se assemelhavam ao transporte de nativos da África para o continente americano para serem escravizados.

[...] e aí minha fia, esse homem (patrão) boto nois numa dessa D20 que é coberta atrás, daquelas que era coberta atrás [...] ele levou nois[...] da rodoviária de Sergipe, [...] aí ele botou nois, era três horas da manhã, no fundo desse carro, Rita! Nois com fome, com sede, e eu sem pode mijar, incuída nesse carro, eu e minha irmã, meu cunhado e Lelé, e uma menininha, que ela já tinha, chegou faltando pouquinho pra chegar na

fazenda, foi que parou pra mulher dele ir no banheiro, e aí, ela foi e falou assim falou assim “abra que aí tem uma mulher grávida, aí dentro, ela talvez precise ir no banheiro”. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Jasmim relata que a necessidade fez com que ela passasse por essas situações. As instalações precárias em que ela, o marido e o restante da família foram submetidos persistiam nessa fazenda localizada em Itabuna.

Aí, quando chegou lá, nesse lugar, num tem as gaveta, as barçaças de cacau [...] nois num tinha casa não Rita! Era pra morar numa dessas barçaças de baixo, do outro lado assim, é como essa gaveta, uma gaveta do outro lado num é aberto? Pois a de cacau é assim, a gaveta em cima pra pessoa dormir de baixo [...] Rita! Tinha tanto carrapato, você num podia passar no matinho assim, que você se enchia de carrapato miúdo [...] no outo dia, lá no sul era muito gelo, água...nove horas da manhã, eu ia pegar água no rio tava congelada, num tinha onde caçar lenha, num tinha fogão de lenha, fazia os foguinho no chão com os pauzinho, botava as pedras, cozinhava o de comer, quando Lelé chegava comia, que tivesse passando bem, que tivesse passando mal, tinha que trabalhar [...].(Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

3.3 Maternidade: “Eu num sei contar a infância de meus filhos”

A gravidez de Jasmim e as péssimas condições de alojamento fizeram com que ela e o marido retornassem para a terra natal, ela expôs que o medo tomou conta do casal, pois não sabiam como seriam recebidos pelos familiares, não sabiam onde iriam ficar até a criança nascer.

[.] e o medo de chegar aqui Rita. Sem saber pra onde ia, o medo sabe. Quando chegamo aqui nois viemo de pé, num tinha carro, num era que nem hoje que tem carro toda hora, aí chegou, endereço da minha vó, naquela época tava uma falta de carne, Lelé comprou parece que uns três ou quatro quilos de carne de jabá, que no sul vendia muita, ai trouxe, chegou aí deu a minha vó, perguntou a minha vó se podia ficar uma semana na casa dela até se ajeitar, ela “pode Lelé, cê pode ficar aqui”. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

A gravidez toda passada sem nenhum acompanhamento médico, ela relembra que só sabia que estava grávida. Devido à falta de informação e dinheiro Jasmim teve quatro filhas, mas a vida de trabalhadora rural e depois de feirante não permitiu que acompanhasse o crescimento das filhas. Ela afirmou que a filha caçula reclamava da mãe não saber contar nada sobre a infância dela e das irmãs.

[..] num sei, num sei, ei só sei, quando eu chegava, eu tinha que vê o dever, se tava feito, eu tinha que vê como era que tava, viu! Saber se alguém bateu se matrator, que eu era igual a uma leoa, minha fia. Eu ia atrás, se batesse, eu ia tomar, a saber [...]. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Por falta de condições, vestia as filhas com roupas usadas de outras crianças, e quando comprava era de brechó. Jasmim afirmou que a vida a fez assim.

[...] Dona Socorro ela trazia as roupa usada das netas, me vendia mais barato, outras ela me dava, umas que tava boa, ela me vendia, outras que.. num dava mais me dava, sabe. Graças a Deus assim sempre teve uma pessoa boa na minha vida. Sandra falava "ah! Mainha, a senhora me dava, eu usava short de home, sandália de home" sabia esse brechó quando tem no meio da rua, que eu ia achar as roupa que dava.. Chegava aqui, eu botava na quiboa, lavava bem lavadinha botava minhas fia pra vestir, porque num tinha como eu comprar nova não Rita! Se eu comprasse pra uma a ota ficava nua né! E mais ia vivendo, nunca tive luxo, nunca... Nunca gostei de luxo,... nunca gostei de luxo, nunca [...].(Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

3.4 A vida sofrida da trabalhadora rural: “Eu vendia, aprendi a vender tudo né! E ele trabaiva na roça e eu trabaiva vendeno

Jasmim orgulha-se da criação que deu às filhas. O fato de elas serem trabalhadoras. Só lamenta por uma das filhas não ter concluído o ensino médio. Mesmo com uma jornada de trabalho puxado, Jasmim tem a consciência da importância do estudo na vida das filhas.

Mariana minha filha, ela levantava quatro horas da manhã pá moiar a roça é, puxava mangueira pesada, uma polegada e meia a mangueira, ela mojava a roça, Sandrinha cuzinhava, Aline era pequena, coquinho era pequenininha. Sandrinha

oiava, levava pra escola, né. Sempre fiz questão de minhas fia estudar né! Sempre quis que elas estudasse, sempre falava aqui! Batia! pá elas.. quando eu...eu tava nervosa, eu batia pra elas aprender ligeiro, achava que tinha que aprender ligeiro, sabe!. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

As responsabilidades para quem mora na roça começam ainda criança, Jasmim viveu essa experiência e naturalmente as suas filhas também passaram. As responsabilidades que suas filhas acumulavam, foi motivo de desentendimento entre Jasmim com um professor que a ameaçou de denunciá-la a justiça.

Uma vez peguei uma gruia com o professor, professor disse que ia me levar pra justiça, que eu botava minhas filhas pra trabalhar, e eu dizia, eu [...] quero que elas seja mãe da família, estude e trabalhe! né! Ele achava ruim que minhas que filhas estudava e eu dizia não! Elas têm que estudar e trabalhar também, porque eu levava pra roça mermo, Rita! Eu num conto as vezes que eu fiquei até dez, onze horas da noite na roça, Lelé alumindo com candenheiro, peu tampar, cem, cento cinquenta, caixa de chuchu viu! Ele encaixando e tentando alumiar pra eu poder tampar oitenta, setenta caixa de chuchu, né! Que eu que tampava, eu encaixava todinho e tampava todinho, ajuda botar ne carro se fosse necessario. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

O desejo de ter a casa própria, a responsabilidade de criar as quatro filhas e de ter sua própria tarefa de terra para cultivar era o que motivava ela e o marido a enfrentarem o trabalho rural com determinação e persistência.

Ela relata que foi seu esposo que lhe propôs ir negociar na feira livre os produtos que eram produzidos na roça. A princípio, ela disse que teve medo por não conhecer dinheiro, justificando que o tempo que trabalhou como doméstica os patrões não a pagavam, e isso contribuiu para essa falta de experiência em lidar com dinheiro. Entretanto, mesmo insegura aceitou a proposta do marido.

[...] Me boto pá negociar, logo no começo, eu ia com fome e voltava com fome porque o dinheiro num dava pá comer, ia de jegue pra Caldeirão vender, ele... tomava os jegues emprestado do pessoal, tinha vez que tava com a mercadoria e não arrumava o jegue, era um confusão danada, tinha que ir pro ponto né! Aí começou a negociar, depois ia pá Jacobina de ônibus de barrigão, sem barrigão, de todo jeito, com mês de

parida, botava tamborete e subia em cima dos carros, que o pessoal num dava a cabine, já tinha as pessoas certas de andar, levai, ia pá Carnaíba, pá Caldeirão ia pá Pindobaçu. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Tornar-se feirante deu autonomia a Jasmim, na medida em que ela aprendeu a negociar e conseqüentemente a investir nas plantações de verduras.

[...] o dinheiro que vendia o chuchu, eu voltava e comprava de coisa, o dinheiro que vendia ni Ponto Novo de chuchu, eu comprava todinho de abroba, Rita! de abroba girimun, chega ni, Saúde partia todinho, chega isso aqui ficava ferido, e vendia todinha partida[...].(Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Uma infância e parte da adolescência marcada pela discriminação e exploração no emprego doméstico. Foi trabalhando como feirante que Jasmim realizou sonhos antigos, entre esses, os de estudar e outros que ela confessa que nunca imaginou vivenciar.

3.5 As conquistas: “Era um sonho da minha vida, era eu me formar.”

A pobreza que a família vivia não permitia custear a compra de material escolar para o seu desenvolvimento. O sonho de estudar foi algo que Jasmim só concretizou na sua maturidade.

Eu passei pra cartinha, cinco vezes Rita! Por que graças a Deus toda vida fui inteligente oh!. Passei cinco vezes pra cartinha e mãe não pode comprar, cinco vezes, eu me lembro muito bem e ela não pode comprar. Ai eu lembro que morava um homem aqui na estação e ela pediu pra esse homem comprar em Jacobina. Mas todo ano era assim, eu passava, já lia [...] a mulher fazia um [...] buraco no papel, botava em cima do [...] Abc, das letras do Abc, agente já tinha decorado. Passava pra cartinha e [...] num [...] adiantava. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Jasmim concluiu o ensino primário através de um programa do governo, Ação Solidária, e também através do incentivo de uma das professoras em virtude do seu desempenho escolar a continuar estudando. A princípio ela

relatou que não aceitou o conselho da professora em virtude da família e da distância, mas aceitou o desafio de continuar os estudos.

[...] Não teve o [...] EJA aí, aquelas escolinha, [...] Eu fui, já tinha participado da Ação Solidária, num sei o quê... num sei o quê...os programa do governo, aí a professora disse, são professoras de Miguel Calmon, ela mora aqui, ela tava separada do marido, e trabaiaava aí, falou assim: "Jasmim, eu achava que tu devia ir pó colégio, porque tu já passou, tu já vai atrapalhar os zoto ,tu já...tu é muito inteligente Jasmim! tu tá se perdeno "eu digo" oh! professora, mas é que eu tenho família num posso ir pó colégio, o colégio é na rua" daqui a quantos quilômetros de[...] pá Jenipapo" tinha que ir primeiro pá Jenipapo, né! ela falou "faça um esfocinho e vá... vá ". (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Esse sonho foi realizado aos quarenta e um anos de idade, mas até sua concretização Jasmim teve que vencer os preconceitos de sua própria família e entre os colegas de classe. Ela contou que a sua idade e o ciúme foi o argumento encontrado pelo seu marido para opor-se à sua volta à escola, por outro lado, Jasmim também foi hostilizada por alguns colegas. Ao enfrentar tais barreiras, Jasmim já sinalizava sua emancipação e autonomia como mulher.

Aí cheguei aqui [...] "tá caçando confusão quer que vei que ni escola, e num sei o quê... tire isso da tua cabeça, pra que tu quer escola, tu num vai trabalhar" [...]..."ninguém vai te dá mais emprego tu tá véia" e eu digo "oh Lelé, eu tinha uma vontade de estudar, deixa, eu só quero aprender só mais um pouquinho". (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

A trajetória de vida que ela narra ter passado e as experiências adquiridas tinham forjado uma mulher corajosa e determinada. Não seria os preconceitos familiares e externos que a fariam desistir de estudar.

[...] nunca acaba os sonhos, tive o sonho de me formar, me sinto presa em não poder ensinar o que eu aprendi, me sinto um pouco é... pra baixo por isso, porque quando você ensina o que você aprende, quando você ensina com amor ,com boa vontade, né! Tem pessoas necessita do que você aprende, tem pessoas que só vai ensinar pelo dinheiro, né! E aí você num tem , num uso, como ele mermo joga na minha cara " eu num sei pra que se formo ,num trabaia , nunca trabalhou, num vai

trabalhar" mais eu digo ele sempre "eu me formei pra mim", eu me sinto tão feliz , eu só senti tristeza no dia da formatura, que eu convidei a minha família e num foi ninguém , né! num quisero ir , assim minha mãe foi na formatura de oitavanista né![...]. (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

O seu desempenho no ensino médio era motivo de satisfação entre os docentes, ela relata situações em que alguns docentes usavam como exemplo de estudante dedicada e aplicada, mas seus colegas esnobavam seu mérito.

[...] passei pro estadual, terminei graças a Deus! Quando da terceira unidade a professora dizia: "eu num acredito que essas notas já vai nessa altura" a professora cansava de falar "gente" ela pegava bem assim "se eu fosse vocês eu tinha vergonha de dona Jasmim olha pra isso, uma mãe de família, chego da feira nestante porque a feira de Caldeirão é até tarde "ela falava bem assim" oh! o trabalho de Dona Jasmim, dona Jasmim vem aqui falar desse trabalho, porque teve gente que só foi na internet e puxou, num sabe nem o quer que tem aqui, venha cá dona Jasmim, venha fazer vergonha", ela cansou de fazer isso comigo, "Oi! diga aí dona Jasmim" eu vou falava de cor porque eu só dava um trabalho Rita, quando eu já tinha decorado todinho, quando ela dizia eu quero um trabalho pro dia vinte eu já...eu saia de lá, quando saía de lá , os outros ia bagunçar e eu já lá pá lan house puxar meu pesquisar, ainda caçar no livro daquele coisa pá mim sabe! Aprendeu, tinha que...sabe! Eu tinha que aprender, aí o professor dizia: "quem fazer direito a prova já sabe né". Manuel dizia: "professor, só quem quer aprender aqui é Jasmim, nois quer é se formar, a única aluna sua aqui que quer aprender é Jasmim". (Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

A carteira de habilitação também faz parte dos frutos obtidos através do conhecimento adquirido e proporcionado pela escola. E a compra de um carro para ajudar no transporte das suas verduras é outro resultado do seu trabalho. Contudo, sua satisfação é poder compartilhar isso com sua mãe,

[..] me sinto tão feliz, eu só senti tristeza no dia da formatura, que eu convidei a minha família e num foi ninguém, né! Num quisero ir, assim, minha mãe foi na formatura de oitavanista né! Aí quando eu recebi a minha carteira Rita, eu fui mostrar a ela, pela vê "mãe..." pela vê que numa carteira de habilitação tava o nome vida filha dela, né! antes dela morrer ela viu eu dirigindo, né. Ela ficava achando engraçado eu dirigir né e acho que ela pensava, assim "nunca pensei na minha vida, disso acontecer" como eu nunca pensei, foi Deus que quis que isso

acontecesse, que desse certo [...].(Relato oral, Jasmim, em 10/09/2017).

Uma trajetória iniciada pela discriminação, desigualdade até chegar à sua emancipação. A emancipação de Jasmim foi constituída através de dois vieses, o de feirante e, mas adiante o conhecimento adquirido através da escola, foi fundamental para a sua compreensão com mulher e cidadã.

O comércio de verduras foi também importante. Os desafios de comercializar os produtos nas feiras livres de Saúde, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Senhor do Bonfim e Juazeiro foram forjando nela experiências econômicas e sociais que contribuíram para sua emancipação.

Frequentar um espaço escolar, que era um sonho de infância concretizado aos 43 anos de idade contribuiu para a sua emancipação social. De acordo com Alves (1993),

[...] a conquista da formação intelectual é o referencial para desenvolver um caminho emancipatório, principalmente no tocante a autodeterminação individual e para consolidação da identidade coletiva e pessoal, além da conquista de sua cidadania e de seus direitos. (ALVES, 1993, p. 208)

O processo de autonomia e emancipação de Jasmim de acordo com a sua narrativa ocorreu por vários vieses, escolher casar, torna-se mãe, trabalhar nas feiras livre e estudar. Entre esses vieses, compreendo o espaço escolar como um ponto fundamental para a conquista da formação intelectual de Jasmim, por entender que esses espaços ampliam o leque de conhecimento e saberes, ao mesmo tempo em que socializa o indivíduo. De acordo com Alves (2013)

[...] a elevação da escolaridade é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres em todas as esferas sociais. Portanto, se faz necessário garantir a oportunidade de uma educação de qualidade tanto para as meninas e meninos, quanto para as mulheres e homens. Neste caso, o que se espera é que as políticas públicas para o atendimento de pessoas jovens e adultas priorizem o atendimento às mulheres das camadas populares, considerando estas dificuldades constatadas e cumprindo, assim, o princípio constitucional que lhes assegura o direito à educação. (ALVES, 2003, p.218).

Casar para não mais passar pelas situações de maus tratos, fome e exploração que vivenciou no trabalho doméstico não significou na prática que os problemas e os dissabores da vida tinham encerrado. Casar promoveu experiências novas e outras que ela já tinha experimentado. A exploração da mão de obra como boia fria, as péssimas condições de trabalho foram fatos que inicialmente estiveram presentes na vida do casal, mas a persistência por uma vida digna movida pela mão de obra do jovem casal é que propiciou a autonomia econômica a Jasmim e sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A HISTÓRIA CONTINUA?

Para concluir este trabalho, pretendo fazer uma breve análise sobre a evolução dos direitos e deveres do empregado doméstico, buscando entender de que maneira a Emenda Constitucional 150/2015 repercutiu na vida das mulheres entrevistadas que continuam exercendo essa atividade na cidade de Saúde.

Das entrevistadas, somente 03 (três) mulheres continuam trabalhando em casas de família e mesmo com a Emenda Constitucional que amplia os direitos do trabalhador doméstico, nenhuma delas tem carteira assinada ou ao menos recebe algum direito que a Emenda Constitucional garante.

Percebo que a não aplicabilidade da Lei em relação aos seus direitos por parte dos empregadores não é algo que as incomode. Rosa trabalha em duas casas, exercendo a função de cuidadora, tem uma jornada que passa das 8 horas, por trabalhar na informalidade tem um rendimento que não chega a atingir o salário mínimo.

O que permite que empregadores burlem a Lei provavelmente relaciona-se ao fato de que na cidade de Saúde não exista nem um órgão fiscalizador ou uma Associação e muito menos um sindicato que ampare os trabalhadores domésticos. Essa ausência de entidades ou órgãos permite que a Lei não seja aplicada. Outro ponto que merece relevância é o fato de que as mulheres entrevistadas apesar de terem consciência da sua exploração da sua mão obra não demonstram revoltas, aceitam as velhas práticas, o que contribui para o enfraquecimento da aplicação da Lei na cidade de Saúde. Rosa relata como era seu pagamento em uma das casas em que trabalhou em Saúde em que cuidava de uma mulher deficiente mental, mas por ter se afeiçoado a mesma, suportava a exploração por parte da curadora:

[...] ela me dava o que queria (a senhora que cuidava do benefício da interditada), no dia que ela queria, no dia que ela num queria, ela num me dava nada, logo no início ela dizia que ia me ajudar, que ia pagar direitinho mas só foi só folia [...] (Relato oral, Rosa, em 15/09/2016).

As relações muito próximas com seus empregadores, uma vez que a convivência do dia a dia faz com que não haja reivindicação de direitos, sendo outro ponto que contribui de maneira significativa para o descaso da Lei.

Rosa descreve o carinho que sente por uma das suas empregadoras. Essa proximidade prejudica a percepção de seus direitos trabalhistas, direitos esses que são frutos de uma longa caminhada dos movimentos sociais no Brasil e que infelizmente passa despercebido junto às entrevistadas.

Iris narra que recebe 400,00 reais na casa em que atualmente trabalha um valor que contraria o que a constituição embasa. Ela parece ter consciência que é pouco e que não condiz com suas tarefas e jornada de trabalho.

Acácia em sua narrativa não descreve a sua rotina, a sua relação de trabalho com seus patrões e muito menos quanto recebe, só afirma que trabalha como doméstica.

Compreendo que a Lei no município de Saúde só terá eficiência a partir da conscientização das trabalhadoras, serão elas que exigirão o cumprimento da Lei e poderão enterrar as velhas práticas dos patrões.

Esses problemas enfrentados pelas trabalhadoras são desafios que elas ou as próximas gerações terão que vencer. Segundo Alves (2013) um dos maiores desafios do trabalho doméstico está relacionado à inclusão social plena e o resgate da cidadania dos trabalhadores domésticos. Historicamente sabemos da luta árdua que a atividade doméstica percorreu para se incluir no mesmo patamar que os demais trabalhadores contemplados com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Somente com a Lei 150/2015 esse direito foi conquistado.

De acordo com Alves (2013):

Estes desafios envolvem a reorientação do olhar da sociedade sobre o serviço doméstico nas suas várias formas, para ultrapassar os preconceitos e discriminações combinadas que sobre ele incidem, relacionados às mulheres, à questão racial e às diferentes gerações no mercado de trabalho. (ALVES, 2013, p. 94).

O que vai trazer para as trabalhadoras domésticas o respeito, a dignidade profissional e a inclusão social é o diálogo. Compreendo que um dos pontos chaves para reorientação sobre o serviço doméstico no município de

Saúde é a fundação de um Sindicato ou Associação que as defenda social, econômica e profissionalmente ao mesmo tempo em que convoque os demais órgãos municipais para reafirmarem juntos a importância e o valor do trabalho doméstico.

O Estado reparou anos de invisibilidade profissional da atividade doméstica através da Lei 150/2015, foi uma vitória, mas infelizmente as mulheres que exercem essa atividade têm muitas batalhas para conquistar, a dignidade humana é uma delas. Existe por parte da sociedade brasileira um *apartheid* em relação às mulheres, na sua maioria mulheres negras desfavorecidas economicamente e de baixa escolaridade e que devido a sua situação social veem no trabalho doméstico um meio de sobreviver.

A página no *Facebook* criada em 19/07/2016 por Joyce Fernandes, uma ex-empregada doméstica, com formação em História e que também é cantora. Ela relata que decidiu criar a hashtag #EuEmpregadaDoméstica e uma página homônima no *Facebook* para denunciar o que chamou de "abusos dos patrões". Ao criar essa página, Fernandes inicialmente pensou em compartilhar com seus seguidores as experiências que passou quando era empregada doméstica, mas depois resolveu utilizá-la para instigar outras pessoas a contarem seus relatos ou de mulheres de suas famílias que trabalharam ou trabalham como empregada doméstica. Segue um dos relatos de Joyce Fernandes/Preta Rara (2016):

Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmitta e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha: Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa. (Página do *Facebook* "Eu Empregada Doméstica", 2016)

Analisando os vários depoimentos que são divulgados na página da rede social, a opressão sofrida pelas domésticas por parte dos patrões é o mais alarmante. Mara relatou da seguinte forma experiências suas e de sua mãe:

Minha mãe, uma vez, chegou a ver a patroa colocar a comida velha por baixo da comida nova e servir para ela comer. E minha patroa, para não jogar comida velha no lixo, me acordava para comer. (Página do *Facebook* "Eu Empregada Doméstica", 2016)

Não compartilhar da mesma comida com a empregada doméstica é um fato que outros relatos abordam na página. De acordo com Cintia Paiva:

Das dores profundas, que a gente não consegue explicar e nem acreditar... Ontem, num shopping costumadamente frequentado pela “elite” de Fortaleza, eu e o Júnior presenciamos essa situação triste... Enquanto a patroa branca comia, a babá negra roía as unhas, sentada, estrategicamente, em uma mesa apartada daquelas a quem ela se subordina. Ninguém foi capaz de oferecê-la nada, nem uma garrafa de água, nada. A não ser a menina, que quando enjoou do seu sanduiche, ofereceu-a “o resto” com desdém. Não, ela não pode aceitar. Ela não come em serviço. (Página do *Facebook* “Eu Empregada Doméstica”, 2016)

Os anúncios em busca de uma empregada doméstica é a constatação de que o Brasil ainda tem muito que mudar. Segundo Alves (2013):

[...] alcançar a equidade de gênero e a emancipação social é um processo ainda muito lento, pois não se trata somente de mudanças em leis ou políticas estabelecidas, mas, principalmente de mudanças profundas no comportamento e nas práticas humanas. (ALVES, 2013, p. 219).

Os anunciantes simplesmente ignoram a Lei 150/2015 ao ofertarem salários abaixo do que a Lei determina, finalizado com uma carga horária abusiva é uma das características que se fazem presentes nas ofertas de emprego.

Seguem alguns exemplos de anúncios através das hastags ([#AnuncioAbusivo](#) [#EuEmpregadaDomestica](#))

Procuo alguém para olhar minha filha de 3 anos, para olhar das 9:00 as 12 levar para a escola, buscar na escola e ficar até as 19:00, e para olhar em minha casa com auxílio da minha mãe e aos sábados das 10: 00 as 19:00, de inicio eu pago 200 que e o tempo de experiência após a experiência o valor sobe, prefiro alguém que more por perto pois não pago passagem, Sem criticas por favor somente interessados entre em contato desde já agradeço respondo no whats. (Página do *Facebook* “Eu Empregada Doméstica”, 2016)

Anúncios que ofertam moradia como pagamento pelos serviços também aparecem:

Preciso de uma moça que queira trabalhar com serviço doméstico na minha casa é em troca dou a moradia gratuita. Moro na vila residencial UFRJ. Pode falar comigo pelo Messenger... (Página do *Facebook* “Eu Empregada Doméstica”, 2016).

Percebemos que os dias passam, mas a velha prática continua. Ofertas de emprego de doméstica para mocinhas em troca de estudo são postados nas redes sociais de forma natural:

Eu tenho dois netos ando meio cansada e minha filha mae deles trabalha das 14:00 as 23:00 horas eu procuro tipo uma mocinha bem humilde para me ajudar e troca dou estudos ajudo em tudo como se fosse da filha. (Página do *Facebook* “Eu Empregada Doméstica”, 2016)

Apesar das velhas práticas que persistirem dentro da sociedade brasileira, é visível a mudança de atitude e postura que as mulheres vêm tomando ao postar esses anúncios abusivos, desnudar esse tipo de prática é uma forma de diálogo, as redes sociais ou a internet tem seu poder. Portanto, usar este instrumento para combater essas práticas é imprescindível em uma sociedade intrinsecamente desigual.

Por fim, a presença da mulher negra nas atividades domésticas cabe reflexões sociais e históricas. Problematizar o porquê dessa presença tão marcante e os fatores que convergiram para isso foi o que a minha pesquisa buscou alcançar.

FONTES

Diversas:

BRASIL. *Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm

Orais:

Dália, 74 anos - Entrevista realizada no dia 27/03/2017.

Iris, 55 anos - Entrevista realizada no dia 15/08/2016.

Acácia, 56 anos - Entrevista realizada no dia 10/09/2016.

Magnólia, 53 anos- Entrevista realizada no dia 17/08/2016.

Verônica, 62 anos- Entrevista realizada no dia 17/09/2016.

Jasmim, 43 anos - Entrevista realizada no dia 22/08/2016 e 10/09/2017.

Margarida, 57 anos- Entrevista realizada no dia 30/08/2016.

Rosa, 62 anos - Entrevista realizada no dia 15/09/2016.

Hortência, 64 anos – Entrevista realizada no dia 01/09/2016.

Violeta, 39 anos - Entrevista realizada no dia 29/08/2016.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. Ed- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, Francisca Elenir. *De Escrava a Cidadã: Educação, trabalho e emancipação das Trabalhadoras domésticas*. Tese de (doutorado) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 238. 2013

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral* - 4ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: Estudos feministas. ... racial no Brasil. Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n.

... Estudos Feministas, v. 3,n. 2, 1995, pp. 479-488. BHABHA, Homi K. O local da cultura. 1. ed., Belo CFH/CCE/UFSC, número especial, p. 387-400, 2.

BARBOSA, Luciana Candido. III SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS OLHARES DIVERSOS SOBRA A DIFERENÇA, 2011, João Pessoa-PB. Desvalorização e Invisibilidade do Trabalho Doméstico: Reflexões Iniciais. <http://www.itaporanga.net/genero/3/05/06.pdf>. Acessado em 16.07.2016.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.149, pp.422-451. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>.

CALDWELL, Kia Lilli. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectiva dos Estados Unidos e do Brasil. In: *Revista ABPN*, vol 1, n-1, Mar'jun, 2010., p18-27.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele. *O Negro no Brasil. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

CASTRO, Maria Cardoso. Conceito de gênero e análise sobre o trabalho: notas sobre imparces teóricos. In: *Caderno CRH* – Salvador – nº 17-1992- 80-105 pág

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

_____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, 1/2002. p 171-188.

DAVIS, Angela Yvonne. *As mulheres negras na construção e uma nova utopia*. Caderno do ceas, nº 210-Março/Abril 2004.

FERREIRA FILHO, ALBERTO Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940 – Salvador: CEB, 2003.*

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criação e seus padrões no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GONZALES, Lélia. *Mulher Negra in Nascimento*, Elisa Larkin (org). *Guerreiras de Natureza. Mulher Negra, religiosidade e ambientes*. São Paulo: Selo Negro. 2008.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. In: *Estudos Feministas*. Nº 2,1995, pp. 464-478.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas empregadas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. P. 224-250.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. Edição LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. SOIETH, Rachel (org). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24 (1), p. 77-98.

PIERROT, Michelle, *Minha história das mulheres*; [tradução Angela M. S. Côrrea]. - 2. ed.^a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. *A nova historiografia brasileira*. In: Revista Anos 90. v. 7, n. 11 Porto Alegre, 1999.

ROCHA, Solange Pereira da. *A conquista da liberdade: alforrias de mulheres escravizadas na cidade da Paraíba, século XIX*. In: MACHADO, CJS; SANTIAGO, IMFL; and NUNES, MLS., orgs. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico: Salvador (1900 - 1950)*. Dissertação de Mestrado – UFBA – Salvador, 1998.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica" In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): jul./dez., 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p 63-95.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (org). *Raça e Diversidade*. São Paulo- Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Salvador, 2011, p 14-69.

SOLCKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade? *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* (20), 2001, pp. 101-119.

THEDORO, Helena. Mulher Negra. In: *Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente*. Nascimento (Org). São Paulo: Selo Negro, (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 3) 2008, pp. 85-95.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 01 – O que te levou a trabalhar como doméstica?
- 02- Como você conciliava as atividades de sua casa e família com o seu trabalho?
- 03- De que maneira seus empregadores a tratavam?
- 04- De que maneira era feito seu pagamento?
- 05- Esta quantia que você recebia dava para suprir as necessidades sua ou de sua família?
- 06- Você considera que este valor que você recebia estava de acordo com o trabalho que você realizava ?
- 07- Você sofreu algum tipo de preconceito por trabalhar como doméstica?
- 08- Como era a sua jornada de trabalho?
- 09- As suas folgas era combinadas de que maneira pelo seus empregadores?
- 10- Em relação as refeições e a comida, era tranquilo, ou tinha algum tipo de restrição a você?

APÊNDICE B
CARTA DE CESSÃO

Eu _____
brasileira (a), maior, portador (a) do RG Nº _____ e
domiciliado (a) _____.

_____ declaro que concordo em
participar do estudo como sujeito e que cedo os direitos de minha entrevista
(áudio e imagem) para os devidos fins. Fui devidamente informada e
esclarecida pela pesquisadora Rita de Cascia da Silva Santana Porciuncula
sobre a pesquisa que tem o objetivo de analisar as relações de trabalho entre
patrões e empregadas domésticas no município de Saúde. Foi me garantido
que meu nome não será divulgado e todo o conteúdo da entrevista será
preservado, sendo utilizado apenas para a elaboração de dados de pesquisa.

Local e data

Nome do Sujeito e assinatura

APÊNDICE C QUESTIONÁRIO

I) Dados do Projeto

Nome do projeto: _____

Professor (a) orientador (a): _____

Entrevistador (a): _____

II) Dados do depoente:

1) Nome completo: _____

2) Local e data de nascimento: _____

3) Cor: _____

4) Nível de escolaridade: _____

5) Profissões anteriores: _____

6) Profissão atual: _____

7) Filhos nº _____

8) Profissão dos filhos (a): _____

9) Nível de escolaridade dos filhos:
